

---

## ASSOCIATIVISMO, COMÉRCIO JUSTO E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: A EXPERIÊNCIA DA TOCA TAPETES

---

DOI: 10.5700/rege 429

ARTIGO – ADMINISTRAÇÃO GERAL

*Valentina Gomes Haensel Schmitt*

Professora Adjunta do Instituto Meira Mattos/ECEME  
Doutora em Administração pela Getúlio Vargas/EBAPE  
Bacharel e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis-SC, Brasil  
E-mail: valentinaschmitt@hotmail.com

Recebido em: 16/11/2009

Aprovado em: 3/ 1/2011

*Luis Moretto Neto*

Professor do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina e dos Programas de Mestrado Acadêmico em Administração e Mestrado Profissional em Administração Universitária da UFSC. Doutor em Engenharia de Produção, Mestre em Geografia e Bacharel em Administração pela UFSC – Florianópolis-SC, Brasil.  
E-mail: moretto@cse.ufsc.br

### RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar a experiência de associativismo e inserção no Comércio Justo da organização Toca Tapetes como fator de contribuição ao desenvolvimento territorial sustentável no município de Araranguá-SC. A metodologia utilizada foi predominantemente qualitativa, aplicada por meio de um estudo de caso, que contou com a realização de entrevistas dirigidas semiestruturadas e não disfarçadas com atores sociais que representam a agência de fomento ao microempreendedor no Estado de Santa Catarina e com membros da associação Toca Tapetes. O estudo possibilitou constatar que a experiência de associativismo da Toca Tapetes contribui para o processo de desenvolvimento territorial sustentado, com viabilidade ecológica, amparado em princípios de pluralidade econômica e cidadã. A iniciativa tem possibilitado o resgate de elementos culturais da base local e a transmissão de atividades de ofício de pais para filhos. Cabe destacar ainda que foi constatado o fortalecimento do associativismo, da troca complementar e da reeducação ética dos atores sociais envolvidos no processo produtivo, por meio da cooperação e, conseqüentemente, da contribuição ao desenvolvimento territorial.

**Palavras-chave:** Associativismo, Desenvolvimento Territorial Sustentável, Comércio Justo, Produção Artesanal.

### ASSOCIATION PAR TICIPATION, FAIR TRADE AND SUSTAINABLE TERRITORIAL DEVELOPMENT: THE EXPERIENCE OF “TOCA TAPETES”

#### ABSTRACT

*This study aimed to analyze the experience of the participation in associations and inclusion in Fair Trade by the organization “Toca Tapetes” as a contributing factor to sustainable territorial development*

*in the municipality of Araranguá, SC. The methodology was largely qualitative applied through a case study which included targeted interviews that were semi-structured and not disguised, involving social actors that represent the sponsoring agency of micro enterprises in the state of Santa Catarina and with members of the association “Toca Tapetes”. The study showed that the association experience of “Toca Tapetes” contributes to the process of sustainable territorial development, ecologically viable and supported by the principles of economic plurality and citizenship. The initiative has enabled the recovery of locally based cultural elements and transfer of job skills from parents to children. It is noteworthy that strengthening of association participation, of complementary exchange and ethical re-education of the social actors involved in the productive process, by means of cooperation and, consequently, of the contribution to territorial development.*

**Key words:** *Associativism, Sustainable Territorial Development, Fair Trade, Handicraft Work.*

### **ASOCIATIVISMO, COMERCIO JUSTO Y EL DESARROLLO TERRITORIAL SUSTENTABLE: LA EXPERIENCIA DE “TOCA TAPETES”**

#### **RESUMEN**

*El presente estudio tuvo el objetivo de analizar la experiencia de asociativismo e inserción en el Comercio Justo de la organización “Toca Tapetes” – “Toca Alfombras” – como factor de contribución al desarrollo territorial sustentable en el municipio de Araranguá-SC. La metodología utilizada fue predominantemente cualitativa, aplicada a través de un estudio de caso, que contó con la realización de entrevistas dirigidas semiestructuradas y no disfrazadas con actores sociales que representan la agencia de fomento al micro emprendedor en el Estado de Santa Catarina y con miembros de la asociación “Toca Tapetes”. El estudio permitió constatar que la experiencia de asociativismo de “Toca Tapetes” contribuye para el proceso de desarrollo territorial sustentado, con viabilidad ecológica, amparado en principios de pluralidad económica y ciudadana. La iniciativa propició el rescate de elementos culturales de la base local y la transmisión de actividades de oficio de padres para hijos. Además cabe destacar que fue constatado el fortalecimiento del asociativismo, del cambio complementario y de la reeducación ética de los actores sociales involucrados en el proceso productivo, por medio de la cooperación y, en consecuencia, de la contribución al desarrollo territorial.*

**Palabras-clave:** *Asociativismo, Desarrollo Territorial Sustentable, Comercio Justo, Producción Artesanal*

## 1. INTRODUÇÃO

O histórico dos processos de desenvolvimento apresenta bases fortemente relacionadas ao modelo de produção em que prevalecem interesses econômicos em detrimento de aspectos socioambientais. Nos países em desenvolvimento, especialmente, há uma forte tendência de reprodução dos modelos provenientes de países desenvolvidos, que não são necessariamente adequados, em longo prazo, às demandas dos territórios e indivíduos que os habitam, o que conduz a um contexto de não sustentabilidade.

Nos modelos desenvolvimentistas predominantes, em muitos casos, a economia é entendida como um fim para a manutenção da vida associada. O comércio é o eixo central da economia, que carece de mudanças em sua concepção, estruturação e operação, bem como nos estilos de vida. Nesse contexto, o desafio é o fortalecimento dos laços sociais, a mobilização dos atores e a valorização do patrimônio territorial. Como alternativas, surgem o associativismo e o Comércio Justo.

O associativismo resulta do esforço coletivo de agentes produtivos em busca de melhores resultados para suas atividades. A formação de associações tem como característica central o deslocamento do princípio de competitividade, predominante nos ambientes de produção, para a cooperação e a conjunção de interesses. Diversos agrupamentos produtivos têm sido formados, amparados em dimensões territoriais ou mesmo em aspectos culturais, dando origem a distintos arranjos produtivos e redes de cooperação.

O Comércio Justo, ou *Fair Trade*, surgiu nos anos 50 decorrente da realização de parcerias entre importadores sem fins lucrativos do setor alimentício, situados em países do Hemisfério Norte, como a Holanda. Seu objetivo central é a materialização do senso de justiça nas relações de trocas comerciais no mercado internacional, como objeto central do desenvolvimento e como meio para a redução de assimetrias entre as nações. Isso ocorreria por intermédio do estabelecimento de condições mais justas de produção aos trabalhadores dos países em desenvolvimento, que suprem os mercados de países desenvolvidos.

Embasado nesse pressuposto conceitual, o presente artigo aborda a experiência de associativismo e inserção no Comércio Justo da organização Toca Tapetes como fator de contribuição ao desenvolvimento territorial sustentável no município de Araranguá-SC.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A problemática atual do desenvolvimento está centrada na resolução de questões derivadas da crise do fordismo e de seus reflexos na estruturação territorial dos povos, pois as empresas inseridas na denominada economia global constantemente empreendem um conjunto de atividades que não envolvem sustentabilidade social dos territórios (PECQUER, 2006). A noção vigente faz do território um produto, passível de consumo e de uso utilitário, ignorando a necessidade de consideração de aspectos inerentes aos locais – tais como cultura, história, entre outros –, uma vez que a inovação, almejada pelas organizações de modo geral, é

interpretada como decorrente de práticas dos indivíduos e não como fruto coletivo dos atores sociais de determinados territórios, destaca Pecquer (2006).

O desenvolvimento territorial é um processo que pode e deve ser aliado ao desenvolvimento organizacional quando compreendidos e aproveitados os “recursos territoriais”. Diferentes espaços demandam organizações coerentes com seu contexto. A sustentabilidade, em projetos de desenvolvimento, resulta da compreensão das especificidades dos sistemas vivos nos processos de conhecimento e de ação, da avaliação das diferentes perspectivas dos atores presentes no espaço, aliadas ao uso de conhecimento racional e intuitivo (OLLAGNON, 2000). O esforço central consiste em intermediar as relações entre indivíduos e espaço, com organizações e tecnologias que permitam sinergias coletivas.

A gestão de recursos naturais é essencial ao processo de regulação das inter-relações entre sistemas socioculturais e meio ambiente, pois leva em conta os diferentes atores ao analisar a relação entre os meios naturais essenciais à vida humana e a propriedade (VIEIRA; WEBER, 2000). O desenvolvimento sustentável é possível quando são observadas as interações entre dinâmicas inerentes às esferas econômica, social e ambiental. Demandase, portanto, a quebra de paradigmas vigentes de comportamentos fortemente amparados em questões instrumentais, de modo que o resgate da dimensão substantiva seja também uma prioridade na vida coletiva (RAMOS, 1989). Assim, há a necessidade de criação, disseminação e fortalecimento de

organizações que compreendam e valorizem tal perspectiva.

Grupos politicamente poderosos, mas economicamente inseguros, tendem a ter uma visão de curto prazo – realizando concessões que ofereçam retornos rápidos (STOPFORD; STRANGE; HENLEY, 1998). A formação de parcerias e associação entre atores e a efetiva participação destes na condução dos processos diretivos são condições essenciais para a sustentabilidade territorial. Essa parceria deve preservar a pluralidade de comportamentos que guiam as dinâmicas sociais, integrando os segmentos sociais até então não inseridos (CAZELLA, 2006). Nesse contexto, o desenvolvimento passa a ser resultante do processo de negociação e aproximação (BIERSCHENK, 1988; CAZELLA, 2006; SACHS, 2007) entre indivíduos com experiências de vida, percepções e interesses distintos. A gestão embasada em diferentes perspectivas propicia a solução de questões com maior potencial de abrangência, possibilitando a convergência de interesses.

Na perspectiva em que predominam elementos da economia, historicamente as relações entre indivíduos e espaços refletem modelos de desenvolvimento que acentuam as desigualdades, desconsideram as particularidades dos povos e, progressivamente, expressam a não sustentabilidade econômica, social e territorial (SACHS, 1992). De outra perspectiva, o desenvolvimento ecologicamente viável tem como ponto de partida a limitação da corrida consumista, visando permitir o crescimento do bem-estar da humanidade e a

preservação do meio ambiente (LIPIETZ, 1992). Também em outra perspectiva, surge a economia plural, que vislumbra outras formas de regulação para a geração de riqueza (aquela não financeira), respeitando a existência de espaços diferenciados, dotados de personalidade e especificidades, assumindo significados distintos em cada região e resultando no fortalecimento dos laços sociais, na mobilização dos atores e na valorização do patrimônio (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006).

No contexto da economia social o mercado é compreendido, na ótica tradicional, como consequência da insuficiência de recursos, que acarreta a necessidade de escolhas individuais no uso desses recursos (POLANYI; ARENSBERG; PEARSON, 1957). O espaço nada mais é do que o reflexo das relações sociais de produção e consumo. Os sistemas sociais são frequentemente tratados sob a ótica unidimensional (RAMOS, 1989). O mercado é ordenador dos negócios e das relações sociais, em que predomina o comportamento de redução do indivíduo a agente do utilitarismo, com personalidade e comportamento delimitados por prescrições formais e impostas, acarretando superorganização e despersonalização.

O processo de produção econômica tem no trabalho um de seus pilares essenciais, pela transformação dos recursos naturais em bens acabados para o consumo, com o uso de tecnologias. O trabalho humano adquire concretude por meio das formas intelectual, material e técnica. Portanto, pressupõe a expressão das dimensões de criatividade, esforço físico e emprego de máquinas

e equipamentos auxiliares ao processo produtivo.

Para alcançar resultados econômicos, o homem estabelece mecanismos de organização do trabalho, seja sob a ótica científica, seja da perspectiva social. Na dimensão científica do trabalho, o princípio estruturante é o da racionalização, voltado ao aumento dos rendimentos, da eficiência operacional e das economias de escala, amparado na padronização e no controle dos processos por agentes externos. Na dimensão social, o trabalho é analisado a partir de sua alocação doméstica, ou seja, como fruto do esforço articulado de membros do mesmo agrupamento familiar. Ele pode adquirir condição de temporal e estar sujeito a processos de divisão territorial, por manter relação direta com os insumos extraídos do meio ou por ser resultante de processo induzido por agentes comerciais que estimulam e ganham com a intermediação.

Da dimensão social derivam noções de criação de capital e tecnologias sociais. O capital social é visto como a maior capacidade de mobilização social dos membros de uma comunidade (PRATES, 2009) e uma forma de inclusão dos excluídos nas decisões públicas, para o alcance de projetos e interesses sociais comuns (RIGO; OLIVEIRA, 2008). As tecnologias sociais despontam como “[...] produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social [...] visando a sustentabilidade econômica, social e ambiental.” (RODRIGUES; BARBIERI, 2008:1070-1076).

Num contexto socioeconômico de acirradas disputas entre grupos econômicos e agentes

políticos gestores de territórios, o trabalho encontra sérios obstáculos à sua valorização e de seus resultados no processo produtivo. Nesse contexto, o associativismo como fruto de esforço coletivo, integrado e articulado de agentes produtivos em busca de melhores resultados no processo produtivo é via obrigatória para inserção no mercado e conquista de espaços.

A formação de grupos produtivos de cooperação não implica a perda de autonomia, mas sim a adesão amparada no princípio da cooperação, a divisão justa dos resultados do trabalho, a eliminação de intermediários, a redução dos custos financeiros no processo e a capitalização dos agentes envolvidos. Nessa perspectiva e com *nuanças* pontuais dos processos organizacionais e algumas disfunções situacionais, grupos associativos estruturam-se em cooperativas de produção, distribuição e crédito para enfrentamento de acirradas dimensões competitivas do mercado contemporâneo.

Ainda revestidos dos princípios de cooperação, troca complementar, especialização produtiva, dentre outros, para enfrentamento de dimensões competitivas adversas, diversos agrupamentos produtivos têm sido formados, amparados em dimensões territoriais ou mesmo em aspectos culturais, e originado arranjos produtivos, redes de cooperação ou mesmo Distritos Industriais em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil. Nos exemplos nominados, cabe questão estruturante relacionada à efetiva materialidade dos princípios norteadores do Comércio Justo nas relações de troca, ou o desenho de novas formas organizacionais, exclusivamente, para

enfrentamento com grandes agentes produtivos e intermediários dominantes no cenário mundial de troca?

Decorrente das noções de associativismo e cooperação, desponta o conceito de organizações relacionadas ao Comércio Justo. O Comércio Justo, ou *Fair Trade*, surgiu nos anos 50, decorrente da realização de parcerias entre importadores sem fins lucrativos, situados em países do Hemisfério Norte – notadamente na Holanda –, e produtores de pequena escala provenientes do Hemisfério Sul (BUCOLO, 2003). Sua idealização foi vislumbrada como um meio de acesso aos mercados do Hemisfério Norte sem a dependência de intermediários ou desvalorização da produção (FLO, 2008). Os princípios foram inspirados na cooperação para o desenvolvimento mediante ações cotidianas, provenientes de movimentos de duas vertentes: a ambientalista e a de direitos humanos (BUCOLO, 2003). Como princípios-guias, foram definidos: transparência nas relações entre os atores envolvidos (produtores, consumidores e organizações de suporte), preço justo, respeito ao meio ambiente, condições justas de trabalho, respeito aos direitos das crianças e apoio ao desenvolvimento local e sustentável.

Na essência, o Comércio Justo consiste na redução de assimetrias entre as nações. Dentre seus objetivos, constam a segurança, a autossuficiência, o empoderamento e a equidade nas relações de troca. A autossuficiência e a segurança dos produtores devem ser alcançadas por meio da redução da posição de vulnerabilidade dos mesmos. O empoderamento de produtores e trabalhadores

resulta do entendimento destes como grupos de interesse em suas organizações. A equidade é resultante dos esforços internacionais de redução das externalidades negativas da economia atual e da consequente redução de assimetrias.

Em termos estruturais, as organizações produtoras são predominantemente caracterizadas pelo associativismo e cooperação. Assim, quando respeitado o conceito básico, espera-se que os produtores vejam a si mesmos como profissionais autônomos e, a partir de sua emancipação de regras e leis, decidam livremente sobre os critérios norteadores das trocas (supostamente) justas (FLO, 2008). A liberdade faz com que as relações comerciais sejam interpretadas em três momentos – livre-arbítrio, da comunhão de afeto e da formação – e que a maior parte dos conflitos tenha sua origem na colisão de grupos de interesse e em problemas de partilha, para os quais a única forma de regulação é a formação de compromissos (HABERMAS, 1992).

O Comércio Justo, em tese, é um conceito diferenciado, uma vez que alia questões instrumentais e substantivas em prol do desenvolvimento territorial. Trata-se de um exemplo de como as relações econômicas não eliminam, necessariamente, as relações de cooperação entre os agentes para a construção de regras e a mobilização de recursos (RENARD, 2003). A compra, conceitualmente, é transformada e reflete ações políticas, que resultam na criação de laços sociais entre os consumidores. A educação é um fator determinante que influencia a consciência do consumidor sobre sua capacidade de colaborar para o desenvolvimento e identificar e distinguir

produtos advindos do Comércio Justo dentre os demais (LINTON; LIOU; SHAW, 2004).

Dentre os tipos de produtos comercializados no movimento de Comércio Justo e certificados por ele, estão os alimentos e o artesanato. Aqui, o artesanato merece destaque por estar presente nas mais remotas formas de organização social, em razão de seu caráter utilitário ou simbólico, fazendo parte da cultura, surgindo da sabedoria popular, servindo às necessidades da comunidade que o produz (TONET, 2004). O trabalho artesanal é uma atividade fortemente influenciada pela racionalidade substantiva, vez que é fruto da expressão cultural de grupos sociais para atender suas necessidades imediatas de consumo, amparadas nos valores coletivos e na busca por realização pessoal e autonomia – mesmo com um trabalho à margem do formal (TONET, 2004). Para efeito ilustrativo, destaca-se que, no Brasil, o início da atividade artesanal ocorreu nos primeiros tempos da colonização, no século XVI, tendo sido inicialmente de cunho utilitário. No ano de 2001 o artesanato brasileiro já representava 2,8% do PIB nacional e empregava cerca de 8,5 milhões de pessoas diretamente (BRASIL, 2008).

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A realização do presente artigo foi embasada em pesquisa qualitativa na organização Toca Tapetes, a partir da premissa de relação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos estudados. Para sua consecução, e orientados pela busca dos significados dos sujeitos e de suas relações no entorno produtivo, os pesquisadores utilizaram, na coleta dos dados qualitativos, as técnicas de

observação participante, entrevista estruturada, história de vida, análise de conteúdo e estudo de caso. O resultado da pesquisa apresenta características predominantemente descritivas, uma vez que são feitos a apresentação das características da organização estudada e o estabelecimento de relações entre os elementos trabalhados e os pressupostos teóricos empregados para a interpretação do fenômeno. O estudo apresenta características de pesquisa predominantemente qualitativa, com limitação pertinente ao estudo de caso, procedimento que impede a generalização das conclusões obtidas.

#### 4. RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados da pesquisa foram estruturados em dois blocos interdependentes – o território e a organização Toca Tapetes, e o processo da Associação Toca Tapetes para a certificação Comércio Justo.

##### 4.1. O território e a organização Toca Tapetes

Desde que foi fundado, em abril de 1880, o município de Araranguá teve como base econômica a atividade agrícola – nas culturas de fumo e arroz –, por meio do trabalho conjunto, porém dividido de acordo com os gêneros. Dentre as atividades desenvolvidas pela comunidade, tornou-se marcante o artesanato têxtil, ofício transmitido por gerações, inicialmente realizado com resíduos têxteis – roupas velhas e restos de indústrias têxteis próximas –, que tem proporcionado a complementação da renda familiar e fomentado a manutenção da cultura popular. Assim, o município tornou-se sociocultural e economicamente marcado pela arte de tecer

tapetes, porém com retornos provenientes da atividade artesanal pouco significativos, suficientes apenas para contribuir no desenvolvimento econômico da localidade.

A concepção da Toca Tapetes se deu quando os fundadores do município, que atuavam em atividades como plantação de mandioca e fumo, domésticas e outras, ao se conhecerem em um curso de tapeçaria, articularam a formação de uma associação para a produção de tapetes. Refletindo sobre a realidade socioambiental, o grupo resolveu buscar alternativa para a manutenção sustentável da atividade, de modo a conciliar a produção com a melhoria da qualidade de vida. O início da atividade de tapeçaria ocorreu, portanto, com o fornecimento de matéria-prima por parte de um terceiro e posterior entrega total da produção a esse mesmo indivíduo: o *atravessador*. O valor pago pela produção era irrisório. A decisão foi mudar a forma de agir, migrando do modelo de competição para o da cooperação, por intermédio do associativismo.

No início de 2002, passados três anos de reuniões e mantidas as produções individualizadas, nove integrantes optaram pela criação da associação comercial de fato, a Toca Tapetes<sup>1</sup>. Em setembro daquele ano, o grupo já era composto de 60 artesãos, destacando-se dos demais pela visão de longo prazo e pelo interesse em construir uma nova história, que conciliasse a tradição de tecer e a valorização do capital humano de maneira sustentada.

---

<sup>1</sup> Toca, que representa a localidade de origem da maioria dos artesãos; Tapetes, que representa a atividade-fim.



No ano de 2003, os artesãos passaram a ter o acompanhamento de consultoria especializada em gestão e tecelagem – fornecida pelo SEBRAE –, com foco na melhoria dos padrões de qualidade. No primeiro ano, os produtores associados à Toca Tapetes foram orientados a buscar eficiência operacional na aquisição de matéria-prima, equipamentos e infraestrutura, na logística de produtos, bem como nos sistemas de gestão e comercialização. A aquisição de matéria-prima, por exemplo, que até então era realizada individualmente, inviabilizava o fechamento do pedido junto aos fornecedores em razão do volume ou dos custos. Os equipamentos foram reformados e ampliados. Ocorreu um processo de desenvolvimento e diversificação dos tamanhos de teares e tapetes. Os resíduos da estufa de fumo, que à época eram frequentemente empregados como insumo e matéria-prima, foram totalmente abolidos pelos artesãos, em sintonia com os pressupostos da sustentabilidade socioambiental. O processo de tinturaria artesanal foi adotado e agregou diferencial ao produto final, pelo pioneirismo da região em transformar um produto cru em colorido, até então indisponível no mercado.

No período entre os anos de 2004 e 2005, os esforços foram fortemente direcionados para a eliminação de atravessadores na atividade de comercialização. Com o aumento da demanda, surgiu então um problema de gestão para a organização, pois não havia preparo para atender aos pedidos, no que diz respeito tanto ao capital para financiar a produção, quanto à mão de obra, dentre outros. A partir da incorporação do processo

associativista, os produtos passaram a ser estocados em um espaço comum – uma garagem cedida por um dos fundadores. A nova configuração organizacional e produtiva exigia articulação coletiva. No ano de 2004, os produtores criaram a loja nas margens da BR 101, onde todos os produtos passaram a ser expostos, comercializados e distribuídos. De acordo com os entrevistados, o grande desafio foi a resistência em migrar da posição individual para o coletivo. Após a criação da loja, alguns produtores associados ainda vendiam no mercado paralelo – pelo mesmo valor –, utilizando-se dos contatos obtidos via organização, para burlar o pagamento da taxa de contribuição, em torno de 5 a 10% do valor final do produto, destinada à manutenção da organização. Para esse problema específico, foi criada uma Comissão de Ética.

Em 2008, por causa do novo ritmo de trabalho, a Toca Tapetes inaugurou um segundo ponto de comercialização voltado para o atacado (vendas em volumes maiores), localizado no *shopping* de atacado, no município de Sombrio, Santa Catarina. No mesmo ano, a possibilidade de realização de empréstimo por microcrédito em bancos, com forte processo de gestão financeira interna, permitiu o reinvestimento, no núcleo de cada um dos associados, do capital recebido em decorrência das transações comerciais. Em maio de 2008 a Toca Tapetes se inscreveu no Concurso Nacional do SEBRAE de Comércio Justo e, ao final do ano, foi uma das quatro organizações escolhidas em Santa Catarina.

#### 4.1.1. O Associativismo

O associativismo é uma forte característica da Toca Tapetes. Há o reconhecimento da importância do trabalho em grupo para viabilizar os resultados almejados. O curso de inserção de associados no processo produtivo foi gradual, em função da demanda. Segundo entrevistados, a cultura produtiva regional é marcada pelo individualismo, e alguns daqueles que não se associaram à organização já iniciaram em algum momento um negócio de comercialização por meio da abertura de loja, mas vários desses atores já encerraram suas atividades. Os que optaram pelo associativismo, no entanto, encontram-se em fase de expansão e crescimento, resultante do esforço coletivo.

Como resultante do processo, é visível a presença de elementos de especialização produtiva no âmbito territorial. Os associados têm total autonomia para definir como pretendem trabalhar em suas unidades, desde que sigam os critérios básicos coletivos. O resultado da produção relaciona-se diretamente com o esforço realizado em cada unidade, não havendo cobrança em relação à produtividade. A motivação deve ser própria do indivíduo. Tal característica corrobora a afirmação de Habermas (1992) sobre a necessidade de autonomia da pessoa privada, fundamentada no direito de dispor de propriedade e que pode ser concretizada na participação, no comércio e nas trocas.

O processo de negociação é facilitado. Tal comportamento passou a ser adotado a partir do momento em que os indivíduos passaram por um processo de aprendizagem e erro, no qual se observou

que o resultado do conjunto potencializa os benefícios coletivos e individuais. É clara a percepção de que o jogo de poder prejudica a convivência e o resultado do grupo – fato que corrobora a perspectiva defendida por Bierschenk (1988), Cazella (2006) e Sachs (2007). Diferentes perspectivas propiciam a solução de questões com maior potencial de abrangência.

#### 4.2. O projeto da associação Toca Tapetes para a certificação de Comércio Justo

A proposta de Comércio Justo (CJ) envolve mudanças de adequação do produto, melhoria tecnológica da cadeia produtiva e reestruturação organizacional, respeitando-se seus princípios básicos (SEBRAE, 2006): a) transparência e corresponsabilidade na gestão da cadeia produtiva, de distribuição e de comercialização; b) relação de longo prazo, na qual o comprador oferece treinamento e outras formas de apoio necessário aos produtores, além de acesso às informações de mercado; c) pagamento do preço justo pelo comprador no ato de recebimento do produto, além de um bônus destinado a beneficiar toda a comunidade e aplicado por ela mesma, de acordo com suas necessidades; d) os produtores devem estar democraticamente organizados (por exemplo, em cooperativa ou associação); e) o ambiente de trabalho deve ser seguro, e crianças devem estar frequentando a escola; f) o meio ambiente deve ser respeitado.

O motivo da candidatura para o processo seletivo do projeto do SEBRAE Comércio Justo foi o interesse de obter parâmetros da situação atual da

organização em relação aos do mercado, e avaliar a aderência organizacional aos condicionantes deste tipo de mercado. A seleção da associação foi uma surpresa, pois, de certa forma, demonstrou que o grupo estava no “caminho certo”.

Durante o mês de fevereiro de 2009 a organização recebeu a primeira parcela proveniente do projeto “Comércio Justo SEBRAE”, que foi destinada aos processos de capacitação dos produtores e adaptação de processos a métodos coerentes com os princípios do Comércio Justo, respeitando-se as questões sociais e ambientais. Passada a etapa de adaptação e adequação do processo produtivo, a organização deve passar por avaliação do órgão certificador – a FLO. Inicialmente, a associação não apresentou total conformidade com os critérios determinados pelas organizações certificadoras. No entanto, destacou-se por ser uma das que apresentam maior potencial para adequação e estágio mais avançado dentre as assemelhadas no Estado de Santa Catarina.

Em suma, o projeto visa criar o conceito interno, para que, após a “estabilização” conceitual e estrutural, seja trabalhado o mercado internacional, pois a operação comercial, em seu âmbito, demanda a observância de critérios específicos relativos à origem da matéria-prima, à logística, à embalagem, entre outros. Essa adaptação demanda recursos – materiais, financeiros e de capacitação humana –, que podem e devem ser aprimorados ao longo do processo de qualificação da organização para o Comércio Justo. O intuito é potencializar a qualificação da Toca Tapetes enquanto ente associativo/produtivo, para consolidar o espaço de

atuação interna e abrir portas no âmbito internacional.

Trata-se de criação de conceito para fortalecimento do consumo consciente no mercado/ambiente interno. “Se não fortalecermos aqui, como que nós estaremos levando para fora (outros países)?” – questiona um dos entrevistados. Existe a intenção de desenvolver a cultura de valorização da produção e do produtor nacional, além da oportunidade de geração de renda e inclusão social. A difusão do conjunto de princípios e valores que fundamentam a concepção e a operação do Comércio Justo, nos grandes mercados consumidores do planeta, estimulará a responsabilidade compartilhada de transmissão da mensagem sobre o consumo responsável em termos sociais, econômicos ou ambientais – preservando o ambiente, as condições sociais, a história, os trabalhadores, entre outros. Sob a ótica da organização analisada, esse quadro resultará em novas possibilidades de negócios com equidade nas relações de troca.

O artesanato, no escopo do Comércio Justo, pode ser categorizado como decorativo, adorno e acessório, utilitário, educativo ou lúdico, ou objeto religioso (SEBRAE, 2006). No caso específico da Toca Tapetes, há maior facilidade de comercialização em razão da característica de artesanato utilitário, que, ao adquirir função, acrescenta atratividade e repetição da compra, mesmo que distanciada – relata uma das consultoras encarregadas do projeto. O objetivo é oferecer um produto com características étnicas brasileiras e que, paralelamente, seja trabalhado com matéria-

prima reciclada – ecologicamente correta –, gerando valor agregado e diferenciando-se dos produtos unicamente populares. A postura e o objetivo da organização são focados no mercado nacional, respeitando os princípios do Comércio Justo.

Os conceitos de desenvolvimento territorial sustentável e Comércio Justo são pautados nos princípios de melhoria e respeito ambiental, econômico e social. Os elementos que credenciam a organização a pleitear a certificação são: ausência de trabalho infantil, inserção total de dependentes em idade escolar em instituições de ensino, formalização e registro legal dos trabalhadores e atividades, interesse na preservação da característica artesanal do produto como elemento de referência cultural, remuneração proporcional à produção, preocupação com as condições de trabalho – evitando-se a lesão por esforço repetitivo (LER) –, respeito ao meio ambiente, entre outros.

Há consenso entre os entrevistados sobre a dificuldade de aplicar os princípios básicos do Comércio Justo, porém é necessário o esforço coletivo para a adaptação e a negação de ordem vigente de assimetrias. A discussão inicial para a decisão de adaptar-se às exigências do Comércio Justo envolveu especialmente o fator remuneração, pois, para adequar-se aos critérios básicos, foi necessário que cada associado formalizasse a participação de possíveis colaboradores em seu núcleo. Logo, se alguém opta por buscar ajuda na produção, o trabalho deve ser remunerado – mesmo que seja ajuda familiar. Os trabalhadores são registrados como terceirizados, há pagamento de impostos trabalhistas (ex: INSS), registro legal,

segundo os princípios (mais) básicos da legislação trabalhista, que viabilizam a formalização do trabalhador e a manutenção da estrutura produtiva. Entretanto, acredita-se que não há a possibilidade de padronização; o que é possível é uma adaptação que respeite a legislação trabalhista do local em que a organização está situada. Quebra-se o paradigma de estabelecimento de padrões trabalhistas que não consideram o nível de desenvolvimento econômico ou as normas culturais de cada localidade, conforme apontado por Brown (2001).

No aspecto da comercialização, como o objetivo principal da Toca Tapetes em relação ao Comércio Justo é trazer resultados para seu entorno, há uma preocupação com a manutenção da atividade sustentável. Há também a consciência da possibilidade de melhora nos resultados financeiros, todavia os produtos não serão comercializados única e exclusivamente com consumidores do movimento CJ, mas com uma mescla de consumidores, engajados ou não. Para tanto, será definido um percentual de produção a ser destinado a cada um dos segmentos, mesmo que os critérios da organização sejam válidos para ambos. Esse quadro denota a dificuldade de construir e manter relações de autossuficiência no âmbito exclusivo dos segmentos comprometidos com os princípios norteadores do CJ.

Houve consenso na organização sobre a dificuldade da Toca Tapetes, dentro da proposta de Comércio Justo, de se manter fiel ao objetivo de desenvolvimento, em face dos critérios vigentes no sistema econômico tradicional. O relato que melhor descreve a posição da Toca Tapetes é feito pelo

entrevistado D: “Se for só para desenvolver o comércio em si, não melhorar a comunidade, provavelmente nós vamos estar fora. Porque a gente acredita realmente que CJ é para mudar a comunidade, desenvolver a comunidade, pelo comércio”. A manifestação expressa um processo em construção e denota a existência de conflitos latentes nas percepções e vivências dos atores envolvidos no processo.

O Comércio Justo reflete uma negação ao paradigma vigente nas relações de produção e consumo e requer mudança cultural, inclusive na comunidade local, por meio da conquista da autonomia, da equidade nas relações de troca, do alinhamento progressivo e continuado na formação de compromissos coletivos, do fortalecimento das relações sociais dos atores envolvidos com agentes do mercado em geral, entre outros desafios estruturantes. O argumento predominante na organização é que, quando “está dentro” do Comércio Justo, a organização adquire uma visibilidade mais favorável. A entrevistada A afirma que a operação no comércio pesado é algo comparável ao processo de ajustamento das empresas a um comportamento de responsabilidade social. Portanto, a adoção dos critérios de justiça passa a ser algo inovador e que agrega valor. Trata-se de algo “a ser trabalhado. É um novo conceito de mercado! É algo que nós teremos que trabalhar muito!”, aponta a entrevistada A.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constatou-se que a Toca Tapetes é um exemplo de organização que contribui para o desenvolvimento territorial sustentável (SACHS,

1992) e ecologicamente viável (LIPIETZ, 1992), pois consegue aliar a necessidade de mudança da realidade de indivíduos à tradição local, contrariando a perspectiva predominante – apontada por Pecquer (2006) – de desrespeito às características inerentes ao território. Fator de destaque é que, desde o início das atividades desta associação, as pessoas envolvidas tinham como claro o objetivo de se tornarem referência nacional na produção de peças artesanais de tapeçaria, tendo por base o resíduo têxtil e a necessidade de realizar uma atividade geradora de renda em termos sustentáveis. Portanto, o comportamento dos indivíduos é pautado em valores disseminados no grupo.

O diferencial da Toca Tapetes na contribuição efetiva ao desenvolvimento reside no esforço da mudança conceitual sobre a comunidade, a atividade exercida, o meio ambiente, os trabalhadores e o mercado consumidor, aliando elementos formais e substantivos (POLANYI; ARENSBERG; PEARSON, 1957). Conforme destaque dos entrevistados, esta experiência comprovou a real condição da região de, pelo fato de possuir uma característica tradicional na confecção artesanal de tapetes, poder facilitar o surgimento de outras organizações com características assemelhadas ou complementares, com forte especialização produtiva e expressivo potencial de mudança positiva da realidade territorial – historicamente marcada pela precariedade e realização de atividades econômicas periféricas.

O associativismo despontou como uma alternativa para viabilizar os interesses coletivos e, por consequência, para manter o potencial de desenvolvimento territorial. Tal opção ampliou a perspectiva dos atores de construção de um bem público e de um futuro comum, intermediado pela conjunção de esforços e interesses. A criação e desenvolvimento da associação demonstraram, de forma efetiva, que o resultado do trabalho coletivo assume dimensões superiores às de quando é realizado individualmente.

Com relação às atividades resultantes dos esforços coletivos, acredita-se que, uma vez consolidado o projeto de Comércio Justo, poderá ficar clara a necessidade de mudança de postura, principalmente para com a organização, e de responsabilidade, não somente do grupo, mas também da comunidade em geral, uma vez que o sucesso do projeto possibilitará o crescimento sustentado regional, desde que observados os critérios estruturantes – de segurança, empoderamento, autossuficiência e equidade nas relações de trocas. Há uma percepção latente, por parte do grupo, de que a consolidação do Comércio Justo na Toca Tapetes acabará desencadeando um processo de crescimento econômico e de mudança, que conduzirá a uma melhoria no padrão de vida dos envolvidos, gerando empregos, rendimentos e qualidade de vida aos residentes do entorno.

Os resultados até aqui alcançados pela associação Toca Tapetes dizem respeito tanto à mudança de hábitos como à convivência em grupo pelos artesãos, e atestam a prática da atividade artesanal como alternativa para a manutenção do

homem no seu *habitat* natural, inibindo o êxodo rural e contribuindo para o desenvolvimento territorial. Todavia, ficou evidenciado que não foram esgotadas todas as possibilidades tanto de melhoria da produção e da produtividade, quanto principalmente, de amadurecimento do grupo envolvido no processo. Trata-se de um trabalho contínuo, de longo prazo, de aprendizado diário, que conjuga diferentes perspectivas dos atores presentes no espaço e o uso de conhecimento racional e intuitivo (OLLAGNON, 2000).

A orientação dessa associação para a educação do consumo consciente, de valores, na escola e na família, possibilita o desenvolvimento de indivíduos com o olhar da justiça e não apenas com a perspectiva comercial e de geração de renda. A escolha da organização de atuar de forma a empoderar o colaborador, quando aliada ao fornecimento de informação, contribui até mesmo para o desenvolvimento do indivíduo, que se torna responsável por seu trabalho, pelos resultados e recursos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (BERKERS, 2005; VIEIRA; WEBER, 2000). Há a crença de que a cobrança de um preço justo pelo resultado da atividade produtiva deve ser observada de duas perspectivas: preço justo para quem compra e para quem vende. O consumidor precisa ter consciência do valor agregado ao produto ofertado – como a identidade cultural e a justiça na produção – e do valor justo a ser cobrado. Constata-se, por fim, que para o sucesso do projeto de desenvolvimento territorial sustentável, e do projeto de Comércio Justo na associação Toca Tapetes, é essencial a consciência da dificuldade de

desvincular-se do ciclo vicioso da economia, em que conceitos tradicionais se repetem ao longo do tempo.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDION, C.; SERVA, M.; LÉVESQUE, B. O debate da economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas do desenvolvimento territorial sustentável. *Eisforia*, v. 4, p. 199-221, 2006.

BERKERS, F. Conexões institucionais transescalares. In: VIEIRA, P.; BERKERS, F.; SEIXAS, C. (Orgs.) *Gestão integrada e participativa de recursos naturais*. Florianópolis: Secco; APED, 2005. p. 293-332.

BIERSCHENK, T. Development projects as arenas of negotiation for strategic groups. *Sociologia Ruralis*, v. 27, n. 2/3, p. 146-160, 1988. <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9523.1988.tb01035.x>>.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento. Disponível em: <[http://64.233.169.104/earch?q=cache:xs\\_vjcb9RdQJ:www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php%3Farea%3D2%26noticia%3D4358+artesanato+pib+brasileiro&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=3&gl=br&client=firefox-a](http://64.233.169.104/earch?q=cache:xs_vjcb9RdQJ:www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php%3Farea%3D2%26noticia%3D4358+artesanato+pib+brasileiro&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=3&gl=br&client=firefox-a)>. Acesso em: 18 out. 2008.

BROWN, Drusilla K. Labor Standards: where do they belong on the international agenda? *Journal of Economic Perspectives*, v. 15, n. 3, p. 89-112, 2001. <<http://dx.doi.org/10.1257/jep.15.3.89>>.

BUCOLO, E. Le commerce équitable. *Hermes*, n. 36, p. 109-118, 2003.

CAZELLA, A. Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia para o desenvolvimento territorial sustentáveis. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, n. especial, p. 225-247, 2006.

FLO. Fair Trade Labelling Organization. *An inspiration for chance*. 2008. Disponível em: <[http://www.fairtrade.net/fileadmin/user\\_upload/content/FLO\\_AR2007\\_low\\_res.pdf](http://www.fairtrade.net/fileadmin/user_upload/content/FLO_AR2007_low_res.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2008.

HABERMAS, Jürgen. Further Reflections on the Public Sphere. In: CALHOUN, Craig (Ed.).

*Habermas and the Public Sphere*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

LINTON, April; LIOU, Cindy Chiayuan; SHAW, Kelly Ann. A taste of trade justice: marketing global social responsibility via Fair Trade coffee. *Globalizations*, v. 1, n. 2, p. 223-246, 2004. <<http://dx.doi.org/10.1080/1474773042000308587>>.

LIPIETZ, A. Uma economia a reconstruir. In: BARRÈRE, Martine (Coord.). *Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*. São Paulo: Nobel, 1992. p. 205-230.

OLLAGNON, H. Estratégia patrimonial para a gestão dos recursos e dos meios naturais: enfoque integrado da gestão do meio rural. In: VIEIRA, P.; WEBER, J. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 171-200.

PECQUER, B. *et al.* Qualidade e desenvolvimento territorial : a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, p. 81-103, dez. 2006.

POLANYI, K.; ARENSBERG, C.; PEARSON, H. Place de l'économie dans les sociétés. In: \_\_\_\_\_. *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*. Paris: Librairie Larousse, 1957.

PRATES, Antônio Augusto Pereira. Redes sociais em comunidades de baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes. *Revista de Administração Pública*, v. 43, n. 5, p. 1117-1146, 2009.

RAMOS, G. *A nova ciência das organizações*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RENARD, M. Fair trade: quality, market and conventions. *Journal of Rural Studies*, v. 19, n. 1, p. 87-96, 2003. <[http://dx.doi.org/10.1016/S0743-0167\(02\)00051-7](http://dx.doi.org/10.1016/S0743-0167(02)00051-7)>.

RIGO, Ariádne Scalfoni; OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues. Capital social, desenvolvimento local e stakeholders: o caso do projeto Urbe do SEBRAE. *Cadenos EBAPE.BR*, v. 6, n. 2, 2008.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 6, p. 1069-1094, 2008.

SACHS, I. Qual desenvolvimento para o século XXI? In: BARRÈRE, Martine (Coord.). *Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*. São Paulo: Nobel, 1992. p. 117-130.

\_\_\_\_\_. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.

SEBRAE. *Termo de referência SEBRAE para o Comércio Justo*. Brasília: SEBRAE, 2006.

STOPFORD, John M.; STRANGE, Susan; HENLEY, John S. *Rival states, rival firms: competition for world market shares*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TONET, R. S. *Fenonomias, economia plural e desenvolvimento local: um estudo na feira de artesanato do Largo da Ordem em Curitiba – PR*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

VIEIRA, P. F.; WEBER, Jacques. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 2000.